

Investimento (ANC) p.3

Empresariado sem coesão

Começa-se a não levar o País a sério. Não falamos do governo tomado como um todo, que diz uma coisa e faz outra. Referimo-nos ao Brasil. Com efeito, a que atribuir, senão a esse descrédito, a fórmula diplomática que a Embaixada do Japão encontrou para pôr termo ao incidente diplomático que envolveu seu titular, chamado às falas pelo Itamaraty por haver dito que o caos imperava no Brasil, dificultando investimentos? A nota divulgada quinta-feira última pela representação diplomática nipônica é um primor de *savoir-faire*, a demonstração de que, sem perder a face, o embaixador japonês também não trai sua convicção íntima do que acontece neste país de fábula. Leiam-se estes dois trechos, um do texto inquinado de infringir as normas diplomáticas; outro, retificador dos erros de tradução alegadamente presentes no primeiro: “À exceção de uma minoria de empresários — lê-se no texto que não agradou ao Itamaraty —, não há ninguém que deseje investir num país onde parece imperar o caos”. A retificação reza: “Excetuando poucos empresários que conhecem perfeitamente o Brasil, parece-me que a situação atual é de que quase não existem pessoas que queiram investir no País, que aparenta estar em caos”.

Há reais motivos para que os investidores estrangeiros experimentem essa sensação de pasmo a que se refere, em delicadas palavras, o embaixador Komura: há ministros no governo Sarney que defendem a providência, só a criticando pelo fato de constar da Constituição. O renomado economista Celso Furtado julga a decisão da Assembléia Nacional Constituinte absolutamente normal. Afinal, se na França “funciona o *enquadrement du crédit*”, por que não se poderiam tabelar as taxas de juro por lei ordinária, no Brasil? S. exa. poderia acrescentar que nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha as coisas são mais simples: os bancos centrais aumentam — sem limite — ou diminuem as taxas de juro e o mercado acompanha a decisão. Se, porém, deseja ser intervencionista, não precisaria deixar a imaginação voar tão alto para tão longe: também no Brasil o crédito é enquadrado pelas decisões do Conselho Monetário Nacional que, quando quer, fixa taxas neste valor para a Agricultura, naquele para as pequenas e médias empresas, e assim por diante. Se o CMN não o está fazendo, ou deixou de fazê-lo, é porque chegou à conclusão de que essas medidas intervencionistas de

nada adiantam, quando a inflação é de 600% ao ano, oficiais.

Os investidores estrangeiros deveriam até aplaudir o economista (?) Celso Furtado, pois é na defesa da venda de bens duráveis a crédito que s. exa. se ergue ao defender o tabelamento dos juros. Já os banqueiros talvez tenham percebido na fala do renomado autor de “A economia brasileira” um certo preconceito (nada científico) contra os bancos, aos quais o ministro da Cultura atribui a responsabilidade pelas “absurdas taxas de juro” cobradas dos que compram a crédito, ou descontam duplicatas.

A posição do ministro da Cultura simboliza o teatro do absurdo em que mergulhou o País desde que o presidente José Sarney assumiu a Presidência da República. Isso por um lado. Por outro, cabe registrar que, a cada dia que passa, comprova-se que os móveis da ação dos constituintes não foram racionais, mas absolutamente irracionais. A irracionalidade se espelha agora nas acusações que os que votaram a favor e contra os 12% estão trocando entre si e nas análises que se fazem do porquê de resultado tão estapafúrdio. O senador Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, passa atestado de falta de conhecimento à Assembléia Nacional Constituinte — deveras merecido — ao atribuir a derrota, entre outras razões, à ausência de um *lobby* dos banqueiros! O deputado Ronaldo Cezar Coelho, aliás banqueiro, responsabiliza a derrota do bom senso pela defesa que dele fez o deputado José Serra, que não conhece, segundo Cezar Coelho, a estrutura do sistema bancário, e acabou favorecendo os adversários dos bancos! Assim, por um lado, os banqueiros são responsabilizados por não ter feito suficiente pressão sobre a Assembléia Nacional Constituinte; por outro, o ex-secretário do Planejamento de São Paulo é apontado como responsável pela derrota de sua causa por não entender daquilo que defendia. Não será isso a evidência maior de que “parece imperar o caos” no Brasil?

Na realidade, como assinalamos na última sexta-feira, a vitória do absurdo e do ressentimento só foi possível porque se rompeu a coesão das classes empresariais. Essa coesão, diga-se a bem da verdade, nunca foi forte, cedendo aqui e ali quando motivações econômicas pessoais ou setoriais falavam mais alto que os reais interesses de toda uma categoria econômica. O patronato brasileiro demonstra aguda

sensibilidade quando vê seus interesses setoriais ameaçados, mas deixou patente, no decorrer dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, não ter visão do que sejam a longo prazo os seus reais interesses. O texto da Constituição aprovado até agora pela Assembléia espelha concretamente essa falta de coesão: empresas brasileiras tiveram interesse em reservar para si o mercado nacional, e afastaram dele, na medida do possível, as estrangeiras; proprietários de terra fizeram questão de tomar posição contra os banqueiros, que para eles são os responsáveis pelas altas taxas de juro que pagam — esquecendo completamente o déficit público e a inflação ao fazer esse tipo de acusação. Há empresários que se imaginam progressistas e por isso se sentem compelidos a ceder às provocações das lideranças sindicais mais radicais. Temem ser chamados de “reacionários” ou, o que é mais ultrajante para muitos deles, de “liberais”.

Assim, sem coesão e sem identidade doutrinária, as classes empresariais brasileiras deram contribuição não pequena para que o País se tornasse inviável. Inviável antes de mais nada para o capitalismo liberal, depois para um tipo de capitalismo patrimonialista. Por falta de visão de longo termo e de falta de consciência da solidariedade de seus interesses, o empresariado nacional reforçou o capitalismo de Estado burocrático. Sem coesão interna, o empresariado não sabe como reagir à explosão de ressentimento traduzida na frase com que o deputado Jorge Hage, do PMDB da Bahia, exprimiu as razões da aprovação do absurdo: “Até setores conservadores votaram raivosamente contra os bancos, que são hoje o inimigo comum de todo cidadão brasileiro”.

Com raiva — seria apenas ira ou furor? — constituintes conservadores destruíram a coesão da classe empresarial. Com isso, como fez ver o deputado José Serra — cuja evolução do entusiasmo irracional da juventude para posições consentâneas com quem conhece economia deve ser registrada —, deu-se a aliança entre setores conservadores e esquerdistas, esmagando entre eles o mercado. Essa aliança, especialmente quando inspirada no ressentimento e na raiva, é que caracteriza o fascismo. Para seu advento, contribuíram quantos votaram a emenda que nos levará à hiperinflação e tornará extremamente complicada a conclusão de qualquer acordo com a comunidade financeira internacional.